

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR SUBSTITUTO

EDITAL Nº 06/2021 – PROGRAD
PROVA ESCRITA

Área do concurso: 23 - Direito

Nome do(a) candidato(a): _____

Orientações Gerais

1. A prova escrita tem **caráter eliminatório e classificatório**;
2. A prova escrita **está sendo realizada simultaneamente** por todos os candidatos inscritos na área;
3. A prova escrita terá **duração de 02 (duas) horas**;
4. A prova escrita consistirá em **25 (vinte e cinco) questões objetivas de múltipla escolha** elaboradas pela Banca Examinadora;
5. O candidato deverá obter **nota igual ou superior a 5,0 (cinco)** para aprovação na primeira fase.
6. **Não será permitida a entrada ou permanência no local de provas** de candidatos que não esteja de acordo com as medidas de proteção para evitar a transmissão do coronavírus, conforme regras estabelecidas no Edital;
7. **Não serão permitidas consultas e a utilização de quaisquer equipamentos eletrônicos**, durante a realização da prova escrita;
8. Será **desclassificado o candidato que**, durante a realização da prova escrita, **for surpreendido portando**, em local diverso do indicado pelos fiscais, **equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado**, ainda que desligado;
9. Será **desclassificado o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado que estiver em local indicado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração**;
10. A prova escrita será feita pelo próprio candidato **com caneta esferográfica de cor azul ou preta**, fabricada em material transparente;
11. As **anotações que estiverem em desconformidade** com o Edital ou com as instruções da prova escrita serão consideradas indevidas e **não serão consideradas para efeito de correção**;
12. Serão de **inteira e exclusiva responsabilidade do candidato** os prejuízos advindos do preenchimento indevido do gabarito da prova escrita;
13. O candidato **não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar** a sua prova escrita, sob pena de impossibilitar a leitura por parte dos membros da Banca Examinadora;
14. **Após entregar a prova** escrita o candidato **não poderá retornar ao local de realização da mesma** em hipótese alguma;
15. O caderno de prova constitui o **único documento válido para a correção da prova escrita** e em hipótese alguma haverá a sua substituição por erro do candidato;
16. Após o término de sua prova, o candidato deverá fazer a **devolução do caderno de prova**, na íntegra, ao membro da banca examinadora;
17. **Não haverá segunda chamada** para a prova escrita;
18. **Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas**, sob pena de eliminação do Processo Seletivo;
19. Os **resultados preliminares** da prova escrita serão publicados pela Comissão Geral do Processo Seletivo no endereço eletrônico <http://www2.ufac.br/editais>

EDITAL Nº 06/2021 – PROGRAD

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO

QUESTÕES

1. O que é uma ética teleológica?

- a) uma ética que liga o bem à felicidade.
- b) uma ética que baseia o valor moral de um ato em suas consequências.
- c) uma ética que busca um propósito.
- d) uma ética baseada na análise lógica da realidade.

2. Analise as afirmativas sobre as diferentes correntes éticas existentes e coloque V para as verdadeiras e F para as falsas. Marque a alternativa que apresenta a sequência correta:

() As diferentes teorias éticas se esclarecem mutuamente na atualidade porque nossa sociedade é fundamentalmente pluralista e nenhuma teoria ética pode legitimamente pretender ser exclusiva e absoluta.

() Não existe progresso na moralidade individual porque tudo muda a cada momento de acordo com as circunstâncias.

() Segundo a ética da virtude, a ética deontológica e a utilitarista, a justiça deve ser temperada pela clemência.

() Existem diferentes graus de profundidade na vida moral de uma pessoa, de acordo com sua idade e cultura.

a) F – V – V – V

b) V – F – V – F

c) F – V – F – F

d) V – F – F – V

3. Qual é o ponto comum entre todos os modelos éticos de justiça?

- a) o fato de a justiça ser apreciada pelos juízes.
- b) igualdade e reciprocidade.
- c) sua ligação com a política.
- d) a imparcialidade.

4. Analise as afirmativas sobre a ética kantiana e coloque V para as verdadeiras e F para as falsas. Marque a alternativa que apresenta a sequência correta:

() Para ser ética, a vontade deve ser heterônoma.

() Para Kant, liberdade é fazer aquilo que se quer, sem restrições.

() Kant entende a relação humana com o mundo da seguinte maneira: uma realidade é apreendida ou recebida pela mente humana - que carrega dentro de si espaço e tempo - e a mente molda aquilo que recebe.

() Kant assevera que não estamos autorizados a mentir, ainda que isso nos ajude a sair de uma situação embaraçosa, porque se todos nós pudéssemos mentir, destruiríamos o princípio da confiança.

- a) F – V – V - V
- b) V – F – V - F
- c) F – F – V - V
- d) V – F – F - V

5. Das quatro formulações do imperativo categórico seguintes, qual está incorreta?

- a) "Aja de tal forma que uses a humanidade, tanto na tua pessoa, como na pessoa de qualquer outro, sempre e ao mesmo tempo como fim e nunca simplesmente como meio."
- b) "Age como se a máxima da tua ação fosse para ser transformada, através da tua vontade, em uma lei universal da natureza."
- c) "Age como se fosses, através de suas máximas, sempre um membro legislador no reino universal dos fins."
- d) "Aja sempre e sem exceção de acordo com a máxima que melhor está de acordo com a felicidade do maior número."

6. Segundo a lei federal nº 12.651/2012 (Código Florestal), imóveis rurais localizados na Amazônia Legal, situados em área de cerrado, devem manter em seu território cobertura de vegetação nativa, a título de reserva legal, no percentual mínimo de:

- a) 80% (oitenta por cento)
- b) 50% (cinquenta por cento)
- c) 35% (trinta e cinco por cento)
- d) 20% (vinte por cento)

7. Deflui da redação do artigo 225 da Constituição Federal que a ideia de meio ambiente (localizada no epicentro dos direitos humanos) está onipresente, devendo ser objeto de proteção e ser levada em consideração toda vez que uma política estatal, atuação pública/privada, legislação sobre qualquer tema, atividade, obra tiver que ser criada e desenvolvida, eis que qualquer lesão ocorrida, independentemente do local onde ocorra, trará reflexos, diretos ou indiretos, ao próprio ser humano. Tal afirmação referencia especificamente qual princípio de Direito Ambiental?

- a) princípio do desenvolvimento sustentável
- b) princípio da ubiquidade
- c) princípio da solidariedade intergeracional
- d) princípio da participação comunitária

8. O rol completo dos legitimados para a proposição de ações civis públicas relativas a danos causados ao meio-ambiente, segundo os termos da lei federal nº 7.347/85, é composto por:

- a) Ministério Público, Defensoria Pública, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Associações, estas últimas desde que cumpridos certos requisitos previstos em lei.
- b) Ministério Público, Defensoria Pública, União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) Ministério Público, Defensoria Pública, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

d) Ministério Público, Defensoria Pública, União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Empresas Públicas, Fundações, Sociedades de Economia Mista e Associações, estas últimas desde que cumpridos certos requisitos previstos em lei.

9. De acordo com a Política Nacional de Meio Ambiente (lei federal nº 6.938/1981), o órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente é:

- a) o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- b) Ministério do Meio Ambiente (MMA).
- c) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- d) Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República.

10. A responsabilidade civil ambiental fundada em obrigação do tipo *propter rem*:

- a) dispensa a prova do nexo de causalidade entre a conduta imputada e o dano ambiental apurado no imóvel adquirido.
- b) exige a apuração e a prova do dolo ou culpa do novo adquirente do imóvel já danificado.
- c) admite o fato de terceiro, caso fortuito ou força maior como hipóteses excludentes de responsabilidade.
- d) nenhuma das anteriores.

11. Assinale as alternativas corretas.

I - Poderá participar das eleições o partido que, até um ano antes do pleito, tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral, conforme o disposto em lei, e tenha, até a data da convenção, órgão de direção constituído na circunscrição, de acordo com o respectivo estatuto.

II – Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.

III - A declaração de inelegibilidade do candidato à Presidência da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeito Municipal não atingirá o candidato a Vice-Presidente, Vice-Governador ou Vice-Prefeito, assim como a destes não atingirá aqueles.

IV – A substituição de candidato que tiver seu registro de candidatura indeferido, tanto nas eleições majoritárias como nas proporcionais, só se efetivará se o novo pedido for apresentado até 30 (trinta) dias antes do pleito, exceto em caso de falecimento de candidato, quando a substituição poderá ser efetivada após esse prazo.

- a) I e III estão corretas
- b) II e III estão corretas

- c) II e IV estão corretas
- d) III e IV estão corretas

12. Com relação a propaganda eleitoral é incorreto afirmar-se que:

- a) os bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados.
- b) nas árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, não é permitida a colocação de propaganda eleitoral de qualquer natureza, mesmo que não lhes cause dano.
- c) a realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, depende de licença da polícia devendo o candidato, partido ou coligação promotora do ato fazer a devida comunicação à autoridade policial em, no mínimo, vinte e quatro horas antes de sua realização, a fim de que esta lhe garanta, segundo a prioridade do aviso, o direito contra quem tencione usar o local no mesmo dia e horário.
- d) independe da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral a veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido, coligação ou candidato.

13. Assinale as alternativas corretas.

- I** - O prazo de inelegibilidade decorrente da condenação por abuso do poder econômico ou político tem início no dia da eleição em que este se verificou e finda no dia de igual número no oitavo ano seguinte
 - II** - O partido político não é litisconsorte passivo necessário em ações que visem à cassação de diploma.
 - III** - A decisão que julga não prestadas as contas de campanha impede o candidato de obter a certidão de quitação eleitoral durante o curso do mandato ao qual concorreu, persistindo esses efeitos, após esse período, até a efetiva apresentação das contas.
 - IV** - Da decisão que desaprovar total ou parcialmente a prestação de contas dos órgãos partidários caberá recurso para os Tribunais Regionais Eleitorais ou para o Tribunal Superior Eleitoral, conforme o caso, sem efeito suspensivo.
- a) II, III e IV estão corretas
 - b) apenas III está correta
 - c) I, II e IV estão corretas
 - d) I, II e III estão corretas

14. Nas eleições gerais estaduais, a competência para processamento da ação de investigação judicial eleitoral – AIJE é:

- a) do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.
- b) do Corregedor Regional Eleitoral.
- c) do Desembargador Eleitoral ao qual fora distribuída a ação.
- d) do juiz eleitoral do domicílio eleitoral do acusado.

15. Para fins de elegibilidade, os presidentes de autarquias devem se desincompatibilizar de suas funções no prazo de:

- a) até 6 (seis) meses antes do pleito eleitoral.
- b) até 5 (cinco) meses antes do pleito eleitoral.
- c) até 04 (quatro) meses antes do pleito eleitoral.
- d) até 03 (três) meses do pleito eleitoral.

16. Acerca do contrato de compra e venda, julgue as assertivas abaixo para logo em seguida assinalar a resposta correta.

I – A compra e venda tem por objeto coisa atual, não podendo ter por objeto coisa futura, com exceção dos contratos aleatórios.

II - Se a venda se realizar à vista de amostras, protótipos ou modelos, entender-se-á que o vendedor assegura ter a coisa as qualidades que a elas correspondem.

III - Não sendo a venda a crédito, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço.

IV - Após a realização do pagamento, os riscos da coisa correm por conta do vendedor, e os do preço por conta do comprador.

- a) existem três alternativas corretas
- b) apenas II é correta
- c) II e III são corretas
- d) III e IV são incorretas

17. Ainda sobre o contrato de compra e venda, julgue as assertivas abaixo para logo em seguida assinalar a resposta correta.

I – Sob pena de nulidade, tutores, curadores, testamenteiros e administradores não podem adquirir por compra e venda os bens confiados à sua guarda ou administração. No entanto, tal proibição não se aplica aos leiloeiros e seus prepostos, quanto aos bens de cuja venda estejam encarregados.

II - Na venda de coisa móvel, pode o vendedor reservar para si a propriedade, até que o preço esteja integralmente pago, hipótese em que teremos compra e venda com alienação fiduciária.

III – Se, na *venda ad corpus*, se estipular o preço por medida de extensão, ou se determinar a respectiva área, e esta não corresponder, em qualquer dos casos, às dimensões dadas, o comprador terá o direito de exigir o complemento da área, e, não sendo isso possível, o de reclamar a resolução do contrato ou abatimento proporcional ao preço. Na *venda ad mensuram*, não haverá complemento de área, nem devolução de excesso, se o imóvel for vendido como coisa certa e discriminada, tendo sido apenas enunciativa a referência às suas dimensões.

IV – Mesmo na hipótese de casamento sob o regime da comunhão universal, é possível a compra e venda entre cônjuges, desde que referido bem seja dispensado da colação.

- a) existem três assertivas corretas
- b) existem duas assertivas corretas
- c) existe apenas uma assertiva correta
- d) todas as assertivas estão erradas

18. Acerca da classificação dos contratos, julgue as assertivas abaixo.

I – Nos contratos sinalagmáticos existem obrigações para ambos os contratantes, nisso se diferenciando dos contratos unilaterais, que criam obrigações apenas para uma das partes. Somente nos contratos sinalagmáticos se pode invocar a *exceptio non adimpleti contractus*.

II – O contrato de sociedade é um contrato plurilateral.

III – Nos contratos comutativos, as prestações são certas e determinadas, com as partes podendo antever as vantagens e desvantagens, pois é ínsito a esse tipo de contrato da ideia de equivalência entre as prestações.

IV – Nos contratos reais, exige-se, para a sua perfectibilização, a tradição da coisa.

- a) todas estão corretas
- b) três assertivas estão corretas
- c) apenas II e III estão corretas
- d) apenas I e IV estão corretas

19. Sobre o contrato de fiança, julgue as assertivas abaixo.

I – Trata-se um contrato acessório que, como regra geral, segue a sorte do contrato principal. No entanto, a recíproca não é verdadeira. Isso quer dizer que os vícios da fiança, como regra geral, não se transmitem ao contrato principal.

II - A fiança dar-se-á por escrito, e não admite interpretação extensiva. Por isso mesmo, não se admite fiança verbal.

III - O fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito ao benefício de ordem, podendo exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor principal. Por isso mesmo, no direito brasileiro é nula a cláusula contratual de renúncia ao benefício de ordem.

IV – No contrato de fiança, a sub-rogação opera-se por força de lei em favor do fiador que paga a dívida, não havendo necessidade de cláusula contratual neste sentido.

- a) I e II são verdadeiras.
- b) apenas III é falsa.
- c) I e IV são falsas.
- d) I e III são verdadeiras.

20. Sobre o contrato de mandato, julgue as assertivas abaixo.

I – Se o mandato tiver por objetivo a realização de um contrato solene, a procuração deve ser passada por instrumento público, não se admitindo, nesse caso específico, procuração por instrumento particular. Nesse caso, outorgando-se o mandato por instrumento público, inviável substabelecer-se mediante instrumento particular.

II – Como regra geral, a morte do mandante é causa de extinção do contrato de mandato. No entanto, o mandato com a cláusula "em causa própria" (*procuratio in rem suam*) não se extingue com a morte do mandante.

III - Ainda que o mandatário contrarie as instruções do mandante, se não exceder os limites do mandato, ficará o mandante obrigado para com aqueles com quem o seu procurador contratou.

IV – O mandante não é obrigado a ressarcir ao mandatário as perdas que este sofrer com a execução do mandato, ainda que o mandatário tenha agido de forma proba e diligente.

V – É ínsito ao contrato de mandato a obrigação do mandatário em dar contas de sua gerência ao mandante.

- a) II, III e V estão corretas.
- b) todas estão corretas.
- c) existem apenas duas assertivas corretas.
- d) existem quatro assertivas corretas e uma errada.

21. Sobre o contrato de doação, julgue as assertivas abaixo.

I - A doação far-se-á por escritura pública ou instrumento particular, com exceção das chamadas doações manuais, que poderão ser verbais por serem contratos consensuais.

II - A doação de ascendentes a descendentes, ou de um cônjuge a outro, importa adiantamento do que lhes cabe por herança.

III – Como regra geral, as doações são irrevogáveis. No entanto, a lei permite que a doação seja revogada por ingratidão do donatário, ou por inexecução do encargo.

IV - É nula a doação de todos os bens sem reserva de parte ou renda suficiente para a subsistência do doador.

V - A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até dois anos depois de dissolvida a sociedade conjugal.

- a) apenas duas assertivas estão corretas
- b) três assertivas estão corretas
- c) quatro assertivas estão corretas
- d) todas estão corretas

22. Sobre o contrato de depósito, julgue as assertivas abaixo.

I – O depósito é contrato real e, sendo voluntário, provar-se-á por escrito.

II – Juntamente com o devedor de alimentos, atualmente admite-se a prisão civil por dívida do depositário infiel.

III - O depositário deve empregar toda a sua diligência na guarda e conservação da coisa, respondendo civilmente inclusive na ocorrência de força maior.

IV – O depósito de coisas fungíveis, em que o depositário se obrigue a restituir objetos do mesmo gênero, qualidade e quantidade, não guarda semelhanças com o mútuo. Por isso mesmo, reger-se-á integralmente pelas normas concernentes ao depósito voluntário.

- a) todas estão erradas.
- b) três estão erradas.
- c) duas estão erradas.
- d) apenas uma está errada.

23. Acerca da usucapião rural, é correto afirmar que:

- a) Como regra geral, a usucapião rural admite a denominada *accessio possessionis*, que é vedada em pouquíssimas hipóteses.
- b) Segundo a jurisprudência consolidada do STF, é viável a aquisição por usucapião rural de imóveis públicos, desde que sejam improdutivos ou terras devolutas.
- c) A usucapião constitucional rural exige a chamada posse *pro labore* e é expressão da função social da propriedade.

d) Para a aquisição por usucapião constitucional rural, imprescindível a demonstração da boa-fé.

24. Acerca da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, julgue as assertivas abaixo.

I - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente é um dos indicadores de que a propriedade está cumprindo sua função social, mas não é o único.

II - São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra, e também a propriedade produtiva.

III - Na desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, a indenização deverá ser feita em títulos da dívida agrária, resgatáveis no prazo de até vinte anos.

IV - A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

a) I, III e IV estão corretas

b) II e III estão corretas

c) I, II e IV estão corretas

d) todas estão corretas

25. Ainda sobre a política agrícola e fundiária e a reforma agrária, julgue as assertivas abaixo.

I - Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos.

II - O incentivo à pesquisa e à tecnologia, a assistência técnica e extensão rural, o cooperativismo, dentre outros, são aspectos a ser levados em consideração pela política agrária brasileira.

III - A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva, mesmo não haja observância das disposições que regulam as relações de trabalho.

a) todas são incorretas

b) apenas uma é correta

c) duas são corretas

d) todas são corretas

**EDITAL Nº 06/2021 – PROGRAD
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO**

ÁREA 23: DIREITO (CCJSA)

PROVA ESCRITA

GABARITO OFICIAL					
1	A	B	C	D	
2	A	B	C	D	
3	A	B	C	D	
4	A	B	C	D	
5	A	B	C	D	
6	A	B	C	D	
7	A	B	C	D	
8	A	B	C	D	
9	A	B	C	D	
10	A	B	C	D	
11	A	B	C	D	
12	A	B	C	D	
13	A	B	C	D	
14	A	B	C	D	
15	A	B	C	D	
16	A	B	C	D	
17	A	B	C	D	
18	A	B	C	D	
19	A	B	C	D	
20	A	B	C	D	
21	A	B	C	D	
22	A	B	C	D	
23	A	B	C	D	
24	A	B	C	D	
25	A	B	C	D	